

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia

CNPJ.: 61.699.567/0010-83  
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia.**

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade

profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101, Alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 1.970/11 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28/02/2015. **Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais				Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais			
Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
<b>Ativo Circulante</b>		<b>31.147.483,99</b>	<b>8.230.313,54</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>31.147.483,99</b>	<b>8.205.907,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.1)	1.830.531,39	3.952.758,04	Fornecedores	(4.8)	234.338,28	263.839,02
Bancos conta movimento	(4.1)	15.287,40	40.922,91	Serviços de Terceiros			
Aplicações Financeiras	(4.2)	1.815.243,99	3.911.835,13	Pessoa Física/Jurídica	(4.9)	666.684,42	676.566,28
Contas a Receber	(4.3)	5.688.584,35	3.526.457,96	Salários a pagar	(4.10)	976.337,94	834.607,47
Estimativa de Rescisão Contratual	(4.3.1)	3.625.290,10	2.747.438,14	Contribuições a recolher	(4.11)	261.505,82	227.210,06
Valores em Negociação - Contrato/Convênio	(4.3.2)	2.063.294,25	779.019,82	Provisão de férias	(4.12)	1.501.903,34	1.373.933,17
Outros Créditos	(4.4)	334.572,91	366.039,33	Provisão de FGTS sobre férias	(4.12)	120.152,27	109.914,65
Adiantamentos a fornecedores	(4.4.1)	166.308,18	143.473,93	Estimativa de Rescisão Contratual	(4.3.1)	3.625.290,10	2.747.438,14
Antecipações salariais	(4.4.2)	2.051,70	453,80	Impostos a recolher	(4.13)	175.942,04	179.858,50
Antecipação de férias	(4.4.3)	156.652,02	130.882,09	Obrigações Tributárias	(4.14)	128.528,60	41.385,82
Outros créditos e adiantamentos	(4.4.4)	9.261,01	40.817,96	Empréstimo a funcionário			
Depósito Judicial	(4.4.5)	300,00	50.411,55	Lei 10.820/03	(4.15)	20.538,16	25.758,42
Despesas Pagas Antecipadamente	(4.5)	14.841,27	16.319,70	Outras contas a pagar	(4.16)	697.048,33	135.754,04
Prêmios de seguros a vencer		14.841,27	16.319,70	Materiais de Terceiros em nosso poder		172,00	-
Estoques	(4.6)	543.418,45	368.738,51	Outros valores de terceiros		3.507,07	3.507,07
Estoque de Materiais e Medicamentos		540.101,70	368.730,51	Valores a realizar Contratos/Convênios	(4.19)	-	1.586.134,36
Materiais em poder de terceiros		3.316,75	8,00	Medicamentos de Terceiros em nosso poder	(4.17)	22.735.535,62	-
Materiais de Terceiros	(4.6.1)	22.735.535,62	-	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>1.785.291,65</b>	<b>1.710.520,76</b>
Estoque de Medicamentos de Terceiros		22.735.535,62	-	Provisão de Despesa			
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>1.785.291,65</b>	<b>1.686.114,22</b>	Processos Trabalhistas	(4.21)	-	24.406,54
Ativo Imobilizado	(4.7)	1.785.291,65	1.686.114,22	Bens Móveis de terceiros		4.735.269,47	4.426.590,97
-Bens de Terceiros		1.785.291,65	1.686.114,22	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros		(2.949.977,82)	(2.740.476,75)
Bens Móveis		4.735.269,47	4.426.590,97	<b>Total do Passivo</b>		<b>32.932.775,64</b>	<b>9.916.427,76</b>
Ajuste vida útil econômica - bens móveis de terceiros		(2.949.977,82)	(2.740.476,75)	<b>Contas de Compensação</b>	(4.23)	<b>- 29.342.879,68</b>	<b>- 29.342.879,68</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>32.932.775,64</b>	<b>9.916.427,76</b>	Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros		- 29.342.879,68	- 29.342.879,68
<b>Contas de Compensação</b>	(4.23)	<b>- 29.342.879,68</b>	<b>- 29.342.879,68</b>	Mercadorias recebidas		- 24.916.288,71	- 24.916.288,71
Operações com Bens/ Medicamentos-Terceiros		- 24.508.134,06	- 24.508.134,06	Bens recebidos		- 4.426.590,97	- 4.426.590,97
Medicamentos de Terceiros		- 24.916.288,71	- 24.916.288,71	<b>Total das Compensações Passivas</b>		<b>- 29.342.879,68</b>	<b>- 29.342.879,68</b>
Bens Recebidos		- 4.426.590,97	- 4.426.590,97				
<b>Total das Compensações Ativas</b>		<b>- 29.342.879,68</b>	<b>- 29.342.879,68</b>				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores em Reais							
Descrição	Nota	Patrimônio social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Total
Saldo 31/12/2012		-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2013		-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2014		-	-	-	-	-	-

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2014 e 2013

**1- Contexto Operacional:** A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos Decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma Instituição Filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): "Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras Instituições de natureza Pública e/ou Privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde." Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1 - Características da Unidade Gerenciada:** O Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia presta atendimento assistencial especializado visando ao diagnóstico precoce de patologias, por meio de consultas ambulatoriais e realização de exames de apoio diagnóstico a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS/SP, possui 11.304 m² de área construída, com pavimentação térrea para melhor acessibilidade dos usuários, dividido em onze setores, composto por consultórios de atendimento médicos e não médicos, Unidade de Cirurgia Ambulatorial contemplada com três salas cirúrgicas. A SPDM assumiu a Gestão do AME Maria Zélia em novembro de 2005, tendo como visão a busca da excelência do serviço público de saúde, atuando com compromisso nas ações de responsabilidade social, transparência e eficiência na gestão ambulatorial. Em 2009, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina firmou contrato de gestão nº. 001.0500.000.203/2009 com a Secretaria de Estado da Saúde, que ora repassou a importância de R\$ 34.553.443,90 para custeio das atividades no Exercício de 2014. **1.2 - Eventos Subsequentes:** O Contrato de Gestão número 001.0500.000.203/2009 firmado em 31/12/2009, com duração de cinco anos, teve seu termo em 31.12.2014. Em 2015 foi firmado um novo contrato junto à SES sob o número 001.0500.000.052/2014 com duração de cinco anos e valor global previsto de R\$ 182.328.942,00. **2 - Imunidade Tributária:** A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI, Alínea "C" e seu Parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1 - Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à Imunidade Tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no Artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (Artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (Artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (Artigo 25 XIX e Artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (Artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (Artigo 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribui-

ções Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: a) a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; b) a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); c) existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Entidade é dispensada de pagar o tributo; d) há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos para manutenção da Isenção Tributária:** A Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 estabelece em seu Artigo 29 e Incisos que a Entidade Beneficente certificada como Filantrópica e de Assistência Social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as Normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as Demonstrações Contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao Artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o Inciso I do caput não impede: I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no Inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste Artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2014, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram Artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina elaborou suas Demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais			
	2014	2013	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	
Resultados do exercício/período	-	-	
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-	
Variações nos ativos e passivos	-	-	
(Aumento) Redução em contas a receber	(2.129.181,54)	(995.579,35)	
(Aumento) Redução em estoques	(174.507,94)	29.152,23	
(Aumento) Redução em fornecedores	(39.862,60)	304.959,11	
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	221.325,43	2.523.295,18	
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	22.834.713,05	16.676,43	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	20.712.486,40	1.878.503,60	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(-) Adição de Bens de Terceiros	(22.834.713,05)	(16.676,43)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(22.834.713,05)	(16.676,43)	
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.122.226,65)	1.861.827,17	
No início do período	3.952.758,04	2.090.930,87	
No final do período	1.830.531,39	3.952.758,04	

Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais			
	2014	2013	
<b>1 - Receitas</b>	<b>43.211.642,37</b>	<b>33.032.933,53</b>	
1.1) Prestação de serviços	37.423.852,69	28.181.178,76	
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-	
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anteriores	51.684,36	14.413,69	
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	5.736.105,32	4.832.783,40	
1.5) Trabalho Voluntário	-	4.557,68	
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>15.904.302,39</b>	<b>10.227.855,86</b>	
2.1) Matérias-primas consumidas	38.686,33	19.056,68	
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de exercício	3.015.604,75	1.726.084,88	
2.3) Serviço de terceiros e outros	12.850.011,31	8.482.714,30	
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>27.307.339,98</b>	<b>22.805.077,67</b>	
<b>6 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade</b>	<b>27.307.339,98</b>	<b>22.805.077,67</b>	
<b>7 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>458.767,77</b>	<b>292.663,12</b>	
7.1) Receitas financeiras	458.767,77	292.663,12	
<b>8 - Valor Adicionado Total (6+7)</b>	<b>27.766.107,75</b>	<b>23.097.740,79</b>	
<b>9 - Distribuição do Valor Adicionado</b>			
9.1) Pessoal e encargos	21.269.837,69	17.761.504,58	
9.2) Impostos, taxas e contribuições	27.299,20	21.149,43	
9.3) Outras Despesas	19.433,44	14.749,47	
9.4) Aluguéis	713.432,10	462.996,23	
9.5) Isenção usufruída sobre contribuições	5.736.105,32	4.832.783,40	
9.6) Trabalho Voluntário	-	4.557,68	
9.7) Déficit ou Superávit do Exercício	-	-	

que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das Demonstrações Contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas de Entidade sem Finalidade de Lucros. **3.1 - Razão Social da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia - Rua Jequiitinhonha, 444 - Belém. - São Paulo - SP CEP 03021-040 - CNPJ n.º 61.699.567/0010-83. **3.2 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias.

continua >

continuação

tárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a Resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	31.12.2014-R\$	31.12.2013-R\$		
Saldos em Bancos	15.287,40	40.922,91		
Aplicação Financeira de Curto Prazo	1.815.243,99	3.911.835,13		
Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>1.830.531,39</b>	<b>3.952.758,04</b>		
Os recursos financeiros disponíveis para o Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia são mantidos em conta corrente bancária e representam em 31/12/2014 o montante de R\$ 15.287,40. <b>4.2 - Aplicações Financeiras:</b> As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.				
<b>Instituição</b>	<b>Tipo de</b>			
<b>Financeira</b>	<b>Aplicação</b>	<b>Taxa %</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Banco Bradesco	CDB/Letras	Taxa PCP:93,5%	40.016,25	-
Banco Bradesco	CDB/Letras	Taxa PCP: 95%	250.482,93	-
Banco Bradesco	CDB/Letras	Taxa PCP: 96%	-	217.996,46
Banco Bradesco	CDB/Letras	Taxa PCP:96,5%	-	5.804,51
Banco Bradesco	CDB/Letras	Taxa PCP: 97%	-	3.528,43
	Rentabilidade			
Banco Bradesco	Hiperfundo	Mês: 0,62%	25.904,81	-
	Rentabilidade			
Banco Bradesco	Hiperfundo	Mês: 0,48%	-	24.189,37
Banco do Brasil	CDB/RDB	Taxa: 90%	1.498.840,00	3.660.316,36
<b>Total</b>			<b>1.815.243,99</b>	<b>3.911.835,13</b>

(\* as aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem que, a qualquer momento, sem perda dos juros transcorridos, os valores possam ser resgatados integralmente conforme informado nos extratos. **4.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das Mutações Patrimoniais. Conforme Resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002), a Entidade passou a constituir provisões e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros

Descrição	Posição em 31/12/2013	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2014
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>4.426.590,97</b>	<b>552.442,37</b>	<b>(243.763,87)</b>	<b>4.735.269,47</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>4.426.590,97</b>	<b>552.442,37</b>	<b>(243.763,87)</b>	<b>4.735.269,47</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológico Laboratório	2.079.826,09	120.534,40	(14.887,23)	2.185.473,26
Equipamento Proteção/Segurança/Socorro	53.547,89	-	-	53.547,89
Equipamento Processamento de Dados	796.721,91	135.051,68	(178.561,78)	753.211,81
Mobiliário em Geral	927.692,95	195.442,40	(40.978,06)	1.082.157,29
Máquinas Utensílios Diversos	429.013,36	22.112,90	(3.326,33)	447.799,93
Aparelho de Medição	32.732,74	-	(926,88)	31.805,86
Aparelhos de Equipamento Comunicação	9.099,00	-	-	9.099,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	60.641,24	22.270,00	(4.286,59)	78.624,65
Maq e Equip de Natureza Industrial	4.487,50	-	-	4.487,50
Equip para Áudio Vídeo e Foto	32.474,29	1.690,00	(797,00)	33.367,29
Outros Materiais Permanentes	354,00	55.340,99	0,00	55.694,99
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>4.426.590,97</b>	<b>552.442,37</b>	<b>(243.763,87)</b>	<b>4.735.269,47</b>

Descrição	Posição em 31/12/2013	Ajuste do Valor Econômico	Posição em 31/12/2014	Taxas Anuais Médias de Ajuste
<b>Ajuste do Valor Econômico Acumulada de Bens de Terceiros</b>	<b>(2.740.476,75)</b>	<b>225.572,12</b>	<b>(435.073,19)</b>	<b>(2.949.977,82)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(2.740.476,75)</b>	<b>225.572,12</b>	<b>(435.073,19)</b>	<b>(2.949.977,82)</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológico Laboratório	(1.248.384,95)	10.578,11	(223.323,14)	(1.461.129,98)
Equipamento Proteção/Segurança/Socor	(26.761,15)	-	(5.355,64)	(32.116,79)
Equipamento Processamento de Dados	(752.733,40)	178.945,96	(42.129,55)	(615.916,99)
Mobiliário em Geral	(443.428,18)	28.292,06	(100.186,05)	(515.322,17)
Máquinas Utensílios Diversos	(203.645,52)	2.996,44	(44.490,84)	(245.139,92)
Aparelho de Medição	(22.426,27)	733,78	(3.229,94)	(24.922,43)
Aparelhos de Equipamento Comunicação	(6.247,87)	206,65	(1.190,40)	(7.231,62)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(23.523,14)	3.124,30	(7.515,82)	(27.914,66)
Maquina e Equipamento de Natureza Industrial	(3.467,64)	-	(448,68)	(3.916,32)
Equip para Áudio Vídeo e Foto	(9.849,78)	694,82	(3.790,33)	(12.945,29)
Outros Materiais Permanentes	(8,85)	-	(3.412,80)	(3.421,65)
<b>Total Ajuste do Valor Econômico Acumulada de Bens de Terceiros</b>	<b>(2.740.476,75)</b>	<b>225.572,12</b>	<b>(435.073,19)</b>	<b>(2.949.977,82)</b>

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do Contrato de Gestão no ano de 2014 totalizaram R\$ 552.442,37, para as quais solicitamos à Secretaria da Saúde os Termos de Permissão de Uso dos Bens Móveis, Equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **4.8 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **4.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: anestesia, remoção de pacientes, limpeza, lavanderia e portaria. **4.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **4.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS E PIS. **4.12 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário):** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de Férias	1.501.903,34	1.373.933,17
Provisão de FGTS s/ Férias	120.152,27	109.914,65
<b>4.13 - Impostos a Recolher:</b> Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. <b>4.14 - Obrigações Tributárias:</b> A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2014 totalizou R\$ 128.528,60 e, em 2013, R\$ 41.385,82. <b>4.15 - Empréstimos Funcionários - Lei 10.820/2003:</b> A Lei 10.820 de 17/12/2003 beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na Folha de Pagamentos. A Instituição consigna crédito a funcionários		

tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.3.1 - Estimativa de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo: **Estimativa de Rescisão Contratual**

	Saldo em 31.12.2014
Aviso Prévio indenizado	R\$ 1.601.147,18
Multa 50% FGTS	R\$ 2.024.142,92
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.625.290,10</b>

**4.3.2 - Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade principal da unidade gerenciada, correspondente a valores resultantes do resultado orçamentário da Instituição. Por conta da Resolução CFC 1.305 (ITG), o valor será restituído ou compensado pelo órgão concedente até o final do contrato, a fim de contribuir com o equilíbrio financeiro da instituição. **4.4 - Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **4.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 2014 foi de R\$ 166.308,18. **4.4.2 - Antecipações Salariais:** Os valores registrados em antecipações salariais representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **4.4.3 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **4.4.4 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a títulos de adiantamentos efetuados de modo a garantir a manutenção da rede assistencial da unidade gerenciada. **4.4.5 - Depósito Judicial:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2014, R\$ 300,00. **4.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **4.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do Balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no Exercício de 2014 é de R\$ 543.418,45.

	Valores em Reais	
	31.12.2014	31.12.2013
<b>Tipo</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Materiais utilizados no setor de Nutrição	84.792,12	20.748,17
Materiais utilizados no setor de Farmácia	101.061,86	74.631,53
Materiais de Almoxarifado	354.247,72	273.350,81
Materiais de Terceiros	3.316,75	8,00
<b>Total</b>	<b>543.418,45</b>	<b>368.738,51</b>

**4.6.1. Medicamentos de Terceiros:** O Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia possui medicamentos recebidos de Secretaria de Estado da Saúde no valor de R\$ 22.735.535,62 para dispensação aos pacientes na Farmácia de Alto Custo da unidade, que são reconhecidos em contas de ativo e passivo circulantes. **4.7-Imobilizado:** O imobilizado da SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais a Instituição aguarda o Termo de Permissão de Uso fornecido pela SES. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2013	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2014
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>4.426.590,97</b>	<b>552.442,37</b>	<b>(243.763,87)</b>	<b>4.735.269,47</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>4.426.590,97</b>	<b>552.442,37</b>	<b>(243.763,87)</b>	<b>4.735.269,47</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológico Laboratório	2.079.826,09	120.534,40	(14.887,23)	2.185.473,26
Equipamento Proteção/Segurança/Socorro	53.547,89	-	-	53.547,89
Equipamento Processamento de Dados	796.721,91	135.051,68	(178.561,78)	753.211,81
Mobiliário em Geral	927.692,95	195.442,40	(40.978,06)	1.082.157,29
Máquinas Utensílios Diversos	429.013,36	22.112,90	(3.326,33)	447.799,93
Aparelho de Medição	32.732,74	-	(926,88)	31.805,86
Aparelhos de Equipamento Comunicação	9.099,00	-	-	9.099,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	60.641,24	22.270,00	(4.286,59)	78.624,65
Maq e Equip de Natureza Industrial	4.487,50	-	-	4.487,50
Equip para Áudio Vídeo e Foto	32.474,29	1.690,00	(797,00)	33.367,29
Outros Materiais Permanentes	354,00	55.340,99	0,00	55.694,99
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>4.426.590,97</b>	<b>552.442,37</b>	<b>(243.763,87)</b>	<b>4.735.269,47</b>

Descrição	Posição em 31/12/2013	Ajuste do Valor Econômico	Posição em 31/12/2014	Taxas Anuais Médias de Ajuste
<b>Ajuste do Valor Econômico Acumulada de Bens de Terceiros</b>	<b>(2.740.476,75)</b>	<b>225.572,12</b>	<b>(435.073,19)</b>	<b>(2.949.977,82)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(2.740.476,75)</b>	<b>225.572,12</b>	<b>(435.073,19)</b>	<b>(2.949.977,82)</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médico Odontológico Laboratório	(1.248.384,95)	10.578,11	(223.323,14)	(1.461.129,98)
Equipamento Proteção/Segurança/Socor	(26.761,15)	-	(5.355,64)	(32.116,79)
Equipamento Processamento de Dados	(752.733,40)	178.945,96	(42.129,55)	(615.916,99)
Mobiliário em Geral	(443.428,18)	28.292,06	(100.186,05)	(515.322,17)
Máquinas Utensílios Diversos	(203.645,52)	2.996,44	(44.490,84)	(245.139,92)
Aparelho de Medição	(22.426,27)	733,78	(3.229,94)	(24.922,43)
Aparelhos de Equipamento Comunicação	(6.247,87)	206,65	(1.190,40)	(7.231,62)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(23.523,14)	3.124,30	(7.515,82)	(27.914,66)
Maquina e Equipamento de Natureza Industrial	(3.467,64)	-	(448,68)	(3.916,32)
Equip para Áudio Vídeo e Foto	(9.849,78)	694,82	(3.790,33)	(12.945,29)
Outros Materiais Permanentes	(8,85)	-	(3.412,80)	(3.421,65)
<b>Total Ajuste do Valor Econômico Acumulada de Bens de Terceiros</b>	<b>(2.740.476,75)</b>	<b>225.572,12</b>	<b>(435.073,19)</b>	<b>(2.949.977,82)</b>

junto ao Banco Bradesco S/A e desconta dos mesmos os valores das parcelas assumidas em Folha. O montante contabilizado em 31/12/2014 representa R\$ 20.538,16. **4.16 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição. **4.17 - Medicamentos de Terceiros em nosso poder:** Representam valores relativos a medicamentos recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2014 esses valores totalizaram R\$ 22.735.535,62. **4.19 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/09 (Aprova a NBC TG 07) e Resolução 1.409/12 (que aprova a ITG 2002), a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o Poder Público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade fim. **4.20 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do Balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.21 - Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade (remota). Para eventos em que classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação

presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos em que a possibilidade de perda em 31.12.2014 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, no qual a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 735.000,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2014, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. No encerramento do Balanço não havia processos cuja probabilidade de perda era tida como "provável"; consequentemente o saldo das provisões no Balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas foi "zero". Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 3.853.341,38. As execuções Tributárias cuja probabilidade era tida como "possível" totalizaram o montante de R\$ 626.999,76. Este tipo de execução ocorre, em sua grande parte, face o caráter filantrópico da Instituição que lhe garante a Imunidade Tributária nos termos do Artigo 150, Inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal. O montante supracitado corresponde a lançamentos do ISS sobre serviços de saúde em razão do pedido administrativo de Imunidade Tributária ao Município de São Paulo. Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência), as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para se dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à Instituição. Em 2014, a unidade gerenciada Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia possuía contingências ativas no montante de R\$ 87.036,00 (Oitenta e Sete mil e Trinta e Seis reais), constituído dos processos números: 0195374-28.2012.8.26.0100 (R\$ 48.562,50), 0195375-13.2012.8.26.0100 (R\$ 20.395,50) e 0195373-43.2012.8.26.0100 (R\$ 18.078,00). **4.22 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do Balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita àqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.23 - Contas de Compensação:** Em 2014, os saldos pertencentes às contas de compensação foram transferidos para as contas de Ativo e Passivo. As contas de compensação foram criadas para abrigar o controle de bens e medicamentos de terceiros, atualmente classificados para os grupos de Imobilizado e Medicamentos de Terceiros, com contrapartida em contas específicas do Passivo Não Circulante (Bens de Terceiros) e Passivo Circulante (Medicamentos de Terceiros em nosso poder) respectivamente. **4.24 - Apuração do Resultado:** O Resultado do Exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de Assistências Governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5-Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo Regime de Competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1- Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores aplicados diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais. Em 2014 o montante aplicado pela unidade gerenciada foi de R\$ 37.423.852,69. **5.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. **5.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante

➤ **continuação**

Procedimento Odontológico	14.368
SADT Interno	266.787
SADT Externo	24.786
Exames Coletados	202.881
Atendimento - Assistente Social	8.724
Procedimentos Terapêuticos	22.326
Número de Internações	4.254
Pacientes-dia	4.254
Pacientes-dia (Programa Alto Custo)	421.554
Pacientes-dia (Programa Dose Certa)	42.413
Pacientes-dia (Protocolos Administrativos)	42.658
Pacientes-dia (Progr. Entrega de medicamentos em clínicas de terapia renal substitutiva)	77.475
Pacientes-dia (Programa de entrega de medicamentos em casa)	293.800

**9 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão**

**Produção Assistencial**

**Linhas de Contratação**

	Contratado 2014	Realizado 2014
Internação	6.648	8.039
Hospital-Dia	6.648	8.039
Ambulatório (médicas e não médicas)	154.488	139.630
Urgência/Emergência		
SADT Externo	16.836	24.786
<b>Total</b>	<b>177.972</b>	<b>172.455</b>
<b>Resultado Contábil</b>	<b>Receitas 2014</b>	<b>Despesas 2014</b>
	R\$ 43.670.410,14	R\$ 43.670.410,14

**10 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no Artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a Portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao di-

reito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22/06/2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 5.736.105,32. **10.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 10, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no Exercício de 2014, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 4.606.483,06. Em 2013, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 3.986.467,23. **10.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2014 atingiu um montante de R\$ 6.906,68. Em 2013 o referido valor de receita totalizou R\$ 880,80. **10.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição Filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica no Exercício de 2014 foi de R\$ 1.122.715,58. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2013, esse montante foi de R\$ 845.435,37. **10.4 - Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 Item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. Para o

Exercício de 2014 a Entidade entendeu que não se fazia necessária a mensuração desses valores. **11 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os Ativos e Passivos Não-Circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos Ativos e Passivos Não-Circulantes), pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12. Descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: - Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; - As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e - Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o Exercício Social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2014.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.**

Presidente da S.P.D.M.

**Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian**

Diretor Técnico

**Angélica da Silva Capucci**

Contadora - CRC 1SP284.354/O-4

**Ata da 20ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas: Data, Horário e Local:** Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quinze, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 – Vila Clementino – SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Paulo Bandeira Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados:** Superintendentes: Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2014 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014. Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Filiadas Hospital Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencie de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odeldo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa **Parecer do Conselho Fiscal:** Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Filiadas Hospital Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencie de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odeldo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa **Relatório dos Auditores Independentes:** A Diretoria 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2014, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela (Administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor

Odeldo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos ; Dr. Maria Inês Dolci; Prof. Dr. Paulo Bandeira Paiva; Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo. Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de Abril de 2.015. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira-** Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 10 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi. considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2014, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo -SP, 17/03/2015. Audisa Auditores Associados-CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello- Contador-CT - CRC.: 1SP 161.144/O-3 -CNAI-SP-1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento- Contador -CRC/SP 187.003/O-0 -CNAI-SP-1620.

**PERFETTO ALIMENTOS S/A**

CNPJ/MF 02.115.262/0001-27

**Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2013 e 2014 (valores em reais)**

Balanço Patrimonial	Demonstrações do Fluxo de Caixa		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	2013	2014	Capital Social		Reserva Legal	Reserva Total
<b>Ativo Circulante</b>	4.755.109,38	6.852.236,20				
Caixa e Bancos	92.735,42	61.361,66				
Realizável a Curto Prazo	2.212.779,56	3.641.677,07				
Estoques	2.365.268,12	3.004.131,03				
Imposto Recuperação/Adiantamentos	84.326,28	145.066,44				
<b>Ativo Não Circulante</b>	10.087.290,87	12.096.802,57				
Imobilizado	10.087.290,87	12.096.802,57				
<b>Total do Ativo</b>	<b>14.842.400,25</b>	<b>18.949.038,77</b>				
<b>Passivo Circulante</b>	4.927.971,64	11.307.527,10				
Fornecedores	3.970.962,93	4.107.960,02				
Empréstimos e Financiamentos	-	6.169.621,27				
Obrigações Trabalhistas e Sociais	139.317,17	242.813,17				
Obrigações Tributárias	784.186,54	757.028,84				
Dividendos	33.505,00	30.103,80				
<b>Passivo Não Circulante</b>	4.622.113,43	2.287.784,74				
Empréstimos e Financiamentos	4.622.113,43	2.287.784,74				
<b>Patrimônio Líquido</b>	5.292.315,18	5.353.726,93				
Capital Social	5.000.000,00	5.000.000,00				
Reservas	292.315,18	353.726,93				
<b>Total do Passivo</b>	<b>14.842.400,25</b>	<b>18.949.038,77</b>				
<b>A) Das Atividades Operacionais</b>						
Lucro Líquido Antes do IR e CSLL						
Ajustes para conciliar às disponibilidades geradas						
Depreciação						
Lucro Ajustado						
Variação do Ativo Circulante						
Clientes						
Estoque						
Demais contas do Ativo						
Variação do Passivo Circulante						
Fornecedores						
Impostos sobre Receita						
Demais Contas a Pagar						
<b>B) Das Atividades de Investimentos</b>						
Aumento de Investimento						
Caixa Atividade Investimento						
<b>C) Das Atividades de Financiamentos</b>						
Aumento de Financiamento						
<b>Caixa Atividades de Financiamentos</b>						
<b>Variação do Caixa e Equivalente</b>						
<b>Saldos em 31/12/2013</b>						
<b>Integralização capital social</b>						
<b>Dividendos</b>						
<b>Reserva Legal</b>						
<b>Resultado do Exercício</b>						
<b>Saldos em 31/12/2013</b>						
<b>Demonstração Resultado Exercício</b>						
<b>Resultado Operacional Bruto</b>						
<b>Deduções</b>						
<b>Receita Operacional Líquida</b>						
<b>Custo dos Produtos Vendidos</b>						
<b>Lucro Bruto</b>						
<b>Despesas Administrativas</b>						
<b>Despesas Financeiras</b>						
<b>Receitas Financeiras</b>						
<b>Despesas Tributárias</b>						
<b>Receitas não operacionais</b>						
<b>Lucro antes do IR e CSLL</b>						
<b>Provisão para IR e CSLL</b>						
<b>Lucro Líquido</b>						
<b>Diretoria</b>						
<b>Diretores:</b> Roque Dalcin e Gustavo José Ajudarte						
<b>Contador</b> José Francisco Ranhel Ribeiro - CRC 1SP14893/O-0						